Agenda do Congresso Nacional: 2 a 6 de novembro de 2026

03.11.2026 8 minutos de leitura

Profissionais relacionados

André Macedo de Oliveira

Giovani Menicucci

Isabel Nogueira

Áreas relacionadas

Relações Governamentais

Para aprimorar a experiência de leitura da **Agenda Semanal do Congresso Nacional**, dividimos os eventos e proposições por áreas temáticas, que também poderão ser acessadas em nosso site. Dessa forma, torna-se mais simples localizar os temas de interesse, seja no âmbito da **Câmara dos Deputados**, seja do **Senado Federal**.

Confira os principais eventos do **Congresso Nacional** organizados de acordo com as diferentes áreas de prática atendidas pelo BMA Advogados. Caso deseje acompanhar os destaques de alguma área específica, basta consultar a lista abaixo:

- **Trabalhista:** PL 79/2020, PL 5183/2023, PL 4339/2025;
- **Solução de Conflitos:** PL 2918/2025, PL 6130/2023;
- **Agronegócio:** PL 5009/2025, PL 3989/2025;
- **Propriedade Intelectual:** REC 68/2019, PL 250/2026;
- **Mercados Financeiros e de Capitais:** PL 5165/2026;
- **Tributário:** PLP 83/2026;
- **Energia:** PLP 100/2026, Audiência Pública;
- **Proteção de Dados e Cybersecurity:** PL 484/2026, Audiência Pública;
- **Confira as novas proposições**
- **Notícias da semana anterior**

Trabalhista

PL 79/2020

Altera o Decreto-Lei nº 1.305/1974, e as Leis nºs 5.461/1968, 5.989/1973, 7.573/1986, 8.706/1993, e 12.462/2011, além de dar outras providências, para dispor sobre a destinação das contribuições sociais compulsórias das empresas do setor de transporte aéreo e portuário, incluindo aquelas relativas à contratação do trabalhador portuário avulso (TPA).

- **Sessão Deliberativa Ordinária, terça-feira (3/11), às 13h55.**
  SENADO FEDERAL

PL 5183/2023

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei nº 6.019/1974 (Trabalho temporário), a fim de resgatar o princípio da condição mais favorável ao empregado.

- **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, terça-feira (3/11), às 15h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 4339/2025

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para aprimorar a representação e a proteção dos créditos dos trabalhadores nos processos de recuperação judicial e falência.

- **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, terça-feira (3/11), às 15h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Solução de Conflitos

PL 2918/2025

Acrescenta o procedimento judicial de homologação de acordo extrajudicial e dá outras providências.

- **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, terça-feira (3/11), às 14h30.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 6130/2023

Dispõe sobre a suspensão da licença de empresas que atuam no setor de construção civil, em caso de descumprimento de execuções judiciais e risco flagrante de falta de saúde financeira.

- **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, terça-feira (3/11), às 15h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agronegócio

PL 5009/2025

Altera a Lei nº 11.101/2005, para dispor sobre a essencialidade dos estoques de grãos no âmbito da recuperação judicial.

- **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, terça-feira (3/11), às 15h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 3989/2025

Institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor Agroexportador, destinado a mitigar os efeitos econômicos decorrentes do aumento tarifário incidente sobre insumos e serviços utilizados pela agricultura preponderantemente exportadora, e dá outras providências.

- **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, quarta-feira (4/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Propriedade Intelectual

REC 68/2019

Recurso contra apreciação conclusiva das Comissões sobre o Projeto de Lei nº 2334 de 2019 que "Permite a celebração de convênios ou parcerias pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual".

- **Comissão Deliberativa Ordinária, terça-feira (3/11), às 13h55.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 250/2026

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a distintividade adquirida de sinal a ser registrado como marca.

- **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, terça-feira (3/11), às 15h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mercados Financeiro e de Capitais

PL 5165/2026

Dispõe sobre a Cédula de Serviço (CS).

- **Comissão de Assuntos Econômicos, terça-feira (3/11), às 10h.**
  SENADO FEDERAL

Tributário

PL 452/2020

Altera o art. 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para que os coeficientes de redução da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS incidentes sobre combustíveis sejam calculados proporcionalmente à redução das alíquotas de ICMS.

- **Comissão de Minas e Energia, quarta-feira (14/10), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Energia

PLP 100/2026

Estabelece normas gerais de direito financeiro, governança e responsabilidade na gestão dos fundos extra orçamentários, encargos e subsídios do setor elétrico, e dá outras providências.

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico, quarta-feira (4/11), às 10h30.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Audiência Pública

Debater o PL 5802/2025, que “institui instrumentos transitórios para a desconcentração da oferta no mercado brasileiro de gás natural, estabelece o Comitê Gestor da Promoção da Concorrência no Mercado de Gás Natural (GEGÁS) e autoriza à ANP a aplicação de recursos do fundo de PD&I para a elaboração de novas regulamentações no setor de óleo e gás, e dá outras providências”.

- **Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Minas e Energia, quarta-feira (4/11), às 14h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proteção de Dados e Cybersecurity

PL 484/2026

Dispõe sobre a regulação das relações comerciais entre plataformas de comércio eletrônico e vendedores parceiros, bem como estabelece normas de transparência, prevê prazos de carência para alterações contratuais e veda práticas abusivas no mercado digital.

- **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, terça-feira (3/11), às 15h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Audiência Pública

Marco de Fomento à Economia Digital no Brasil.

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico, quarta-feira (4/11), às 9h30.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Confira as novas proposições

- **PL 5701/2026:** Disciplina o assédio eleitoral nas relações de trabalho e contratuais com dependência econômica e social, tipifica o crime de retaliação e abuso por motivação ideológico-eleitoral, e estabelece vedações a acesso a contratos, fundos e incentivos públicos como sanções administrativas.
- **PLP 274/2026:** Altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para assegurar a correspondência entre o crédito presumido de estoque e a carga tributária efetivamente suportada na aquisição de medicamentos sujeitos ao regime monofásico durante o período de transição do IBS e da CBS.

Notícias da semana anterior

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Motta quer votar sistema distrital misto e regras para redes sociais ainda neste ano

SENADO FEDERAL

- Senado deve receber cálculo da CBS na próxima terça para definir alíquota

AGRONEGÓCIO

- PORTARIA MAPA Nº 964, DE 29 DE OUTUBRO DE 2026: Prorroga o prazo de vigência do estado de emergência fitossanitária relativo ao risco iminente de dispersão da praga quarentenária presente Bactrocera carambolae (mosca-da-carambola), nos Estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima.
- Acordo Mercosul-UE completa 6 meses com alta de 14,8% nas exportações do agro
- Custo dos juros da dívida rural sobe 191% em quatro anos, mostra Cepea
- Comissão mista aprova MP que amplia crédito para exportadores e inclui agronegócio
- Lei antidesmatamento: Aprosoja e Abiove vão à Europa tentar evitar barreiras às exportações de soja

TELECOMUNICAÇÕES

- CONSULTA PÚBLICA Nº 48, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026: Submete a comentários e sugestões do público geral a proposta de Plano de Conectividade Significativa e Sustentabilidade Socioambiental - PCS.
- CONSULTA PÚBLICA Nº 49, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026: Submete a comentários e sugestões do público geral a proposta de revisão do Regimento Interno da Anatel, objeto do item 26 da Agenda Regulatória 2025-2026.
- Anatel aprova validação biométrica obrigatória para usuários de telefonia móvel
- Alexandre Freire assumirá interinamente a Presidência do Conselho Diretor da Anatel

TRANSPORTES

- PORTARIA Nº 940, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026: Prorroga o prazo da consulta pública para recebimento de contribuições referentes à minuta do Plano Setorial de Transporte Ferroviário (PSTF).
- PORTARIA Nº 950, DE 29 DE OUTUBRO DE 2026: Prorroga o prazo da consulta pública do Plano Setorial de Transporte Rodoviário - PSTR, instituída pela Portaria SNTR nº 895, de 19 de outubro de 2026.
- RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 1.033, DE 22 OUTUBRO DE 2026: Aprova a Deliberação Contran nº 279, de 9 de setembro de 2026, que prorroga excepcionalmente a validade da Autorização para Conduzir Ciclomotor e da Carteira Nacional de Habilitação - CNH com vencimento no período que especifica.
- RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 1.032, DE 22 OUTUBRO DE 2026: Dispõe sobre a vistoria de identificação veicular.
- ANTT atualiza tarifas de pedágio da Rota Verde Goiás a partir de 29/10
- Alíquota da CBS surpreende e eleva pressão sobre setor de transportes

› PROFISSIONAIS

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



André Macedo de Oliveira



Giovani Menicucci

Isabel Nogueira